

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

<b>Índice de Legislações</b>	<b>Página</b>
1. Legislações Vigentes Gerais	2
2. Legislações Vigentes do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA	8
3. Legislações Vigentes do Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA	10
4. Legislações Vigentes do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE	13
5. Legislações Vigentes do Programa Nacional Sanidade Caprinos e Ovinos - PNSCO	16
6. Legislações Vigentes da Programa Nacional de Controle da Raiva Herbívora - PNCRH	17
7. Legislações Vigentes das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - EET	18
8. Legislações Vigentes do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT	19
9. Legislações Vigentes à Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - Revendas	21
10. Legislações Vigentes do Programa Nacional Sanidade dos Suínos - PNSS	22
11. Legislações Vigentes do Programa Nacional Sanidade Animais Aquáticos - PNSAA	25
12. Legislações Vigentes do Programa Nacional de Sanidade Apícola - PNSAp	27
13. Legislações Vigentes de Aglomerações de Animais	28
14. Legislações Vigentes de Rastreabilidade	30
15. Legislações Vigentes em Postos de Fiscalização de Trânsito	32
16. Legislações Vigentes de Sêmen	33
17. Legislações Vigentes de Animais Silvestres	34
18. Legislações Vigentes do Plano Nacional de Controles de Resíduos e Contaminantes - PNCRC	34
19. Legislações Vigentes de Cisticercose	34

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

### 1. Legislações Vigentes Gerais

Identificação	Data	Ementa
Decreto Federal Nº 24.548, 03/07/1934	03/07/1934	Aprova o Regulamento do serviço de Defesa Sanitária Animal.
Lei Federal Nº 569, 21/12/1948	21/12/1948	Trata de Indenização de animais e Estabelece Medidas de Defesa Sanitária Animal
Decreto Nº 27.932, 28/03/1950	28/03/1950	Regulamento para Aplicação de Medidas de Defesa Sanitária Animal
Portaria Nº 9, 08/01/1970	08/01/1970	Normas de atestado zoossanitários firmado por médicos veterinários sem vínculo com o serviço público
Portaria Nº 24, 28/11/1977	28/11/1977	Regulamenta o credenciamento dos médicos veterinários sem vinculo com o serviço público
Lei Federal Nº 8.078, 13/09/1990	13/09/1990	Código da Defesa do Consumidor
Lei Federal Nº 8.171, 17/01/1991	17/01/1991	Dispõe sobre a Política Agrícola e Defesa Agropecuária
Lei Federal Nº 9.712, 20/11/1998	20/11/1998	Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária
Instrução Normativa SDA/MAA Nº 21, 16/05/2001	16/05/2001	Medidas a serem adotadas na emissão de GTA
Decreto Estadual Nº 11.176, 11/04/2003	11/04/2003	Institui o Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (Proape), visando à expansão e ao fortalecimento da bovinocultura, da suinocultura, da ovinocaprinocultura e da piscicultura
Portaria IAGRO Nº 636, 26/11/2003	26/11/2003	Orienta o trânsito de bovinos e bubalinos no MS
Portaria IAGRO Nº 716, 31/05/2004	31/05/2004	Orienta o trânsito de bovinos e bubalinos no MS
Instrução Normativa Nº 1, 14/01/2004	14/01/2004	Normas para Importação de Animais Vivos e Material
Decreto Federal Nº 5637, 26/12/2005	26/12/2005	RESOLUÇÃO MERCOSUL/CCM/DIR No16/96 e DIVULGAÇÃO DE INTERVENÇÕES ZOO E FITOSSANITÁRIAS DIVULGAÇÃO DE INTERVENÇÕES ZOO E FITOSSANITÁRIAS
Decreto Federal Nº 5.741, 30/03/2006	30/03/2006	Organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
Instrução Normativa Nº 18, 18/07/2006	18/07/2006	Aprovar o modelo da Guia de Trânsito Animal (GTA) a ser utilizado em todo o território nacional para o trânsito de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal conforme legislação vigente
Resolução Nº 844, 20/09/2006	20/09/2006	Dispõe sobre atestado de sanidade e óbito de animais, assim como os de vacinação de animais e os de sanidade dos produtos de origem animal e dá outras providências
Portaria IAGRO Nº 1487, 28/03/2008	28/03/2008	Dispõe sobre trânsito de bovinos e bubalinos no MS

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Lei Estadual Nº 3.823, 21/12/2009	21/12/2009	Institui a Defesa Sanitária Animal e dispõe sobre matérias correlatas
Lei Estadual nº 3.826, 22/12/2009	22/12/2009	Lei das Taxas - Institui taxas relacionadas ou decorrentes de atuações da IAGRO
Ofício Circular D S A Nº 04, 11/01/2010	11/01/2010	Diferença entre o número de animais existentes no veículo e o descrito na GTA
DECRETO Nº 13.047, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.	20/09/2010	Regulamenta disposições da Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009.
NORMA INTERNA DSA Nº 01, 15/02/2012	15/02/2012	Aprovar os Manuais de Emissão de GTA
Memorando Circular /GIDSA - N.º 041, 16/07/2012	16/07/2012	SUSPENSÃO DE EMISSÃO DE E-GTA PELAS UVL's
Instrução Normativa Nº 19, 03/05/2011	03/05/2011	Adotar o formato eletrônico da Guia de Trânsito Animal (GTA), na forma do modelo e-GTA, para movimentação, em todo o território nacional, de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal, conforme legislação vigente, cuja emissão obedecerá às diretrizes do Programa Governo Eletrônico Brasileiro
Instrução de Serviço GAF/GDSA/UGTI Nº 002, 10/05/2011	10/05/2011	Procedimentos referentes à emissão da CAE após o ajuste de estoque de bovinos e bubalinos, conforme disposto no Decreto 13.150, de 14 de abril, e a digitalização de documentos desta Agência
Resolução CFMV Nº 1023, 27/02/2013	27/02/2013	Altera as Resoluções nº 744, de 4 de julho de 2003, 844, de 20 de setembro de 2006, e 964, de 27 de agosto de 2010, e dá outras providências. Atestado de óbito e de Vacinação
Manual de Padronização, 01/03/2013	01/03/2013	Manual de Padronização de procedimentos
Instrução Normativa Nº 22, 20/06/2013	20/06/2013	Definir as normas para habilitação de médico veterinário privado para emissão de Guia de Trânsito
Decreto Estadual Nº 13.662, 25/06/2013	25/06/2013	Dá nova redação ao inciso II do caput do artigo 5º do Decreto Nº 13.064, de 5 de novembro de 2010, que dispõe sobre os atos de registro, controle, fiscalização, inspeção ou vistoria de estabelecimentos e outros bens relacionados a aves comerciais.
Resolução Nº 1000, 11/05/2012	11/05/2012	Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências.
Instrução Normativa Nº 50, 24/09/2013	24/09/2013	Apresenta a lista de doenças da OIE de notificação obrigatória ao Serviço Veterinário Oficial do País.
Manual do Sistema Nacional de Informação Zoonosológica - SIZ DEP/CPACZ/DAS/DAS - Versão Nov/2013	-	Manual do Sistema Nacional de Informação Zoonosológica - SIZ

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Lei Estadual Nº 4.518, 07/04/2014	07/04/2014	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009, que institui a defesa sanitária animal e dispõe sobre matérias correlatas.
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO GIDSA Nº 001, 12/06/2014	12/06/2014	Padroniza os procedimentos relativos à correção de saldo de animais referentes à divergência no número de animais abatidos e o número informado na GTA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 / DP / 2014, 10/09/2014	10/09/2014	Dispõe sobre procedimentos para pagamento de adicional de plantão de serviço, auxílio alimentação e compensação integral de jornada extraordinária no âmbito da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - IAGRO.
PORTARIA IAGRO MS Nº 3.238, 31/10/2014	31/10/2014	Padroniza procedimentos referentes ao cadastramento de Marcas do Rebanho na IAGRO por parte dos produtores rurais.
DECRETO Nº 13.492, 25/09/2012	25/09/2012	Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde Animal (CESA), e dá outras providências.
DECRETO Nº 14.053, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014	01/10/2014	APROVA A ESTRUTURA BÁSICA DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL (IAGRO).
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 2 DE OUTUBRO DE 2014	02/10/2014	Alterar o art. 1º da Instrução Normativa nº 19, de 3 de maio de 2011, que passa a vigorar com a SEGUINTE REDAÇÃO: Estabelecer em todo o Território Nacional a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) na sua forma eletrônica e-GTA, para a movimentação: I - interestadual de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal; e II - interestadual ou intraestadual de animais vivos destinados ao abate em estabelecimento sob Inspeção Federal (SIF).
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO/ IAGRO/ DDSA Nº 03, 17/05/2015.	17/05/2015	Dispõe sobre autorização para emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) e emissão de e-GTA aos integrantes da Carreira de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal e dá outras providências:
MEMORANDO CIRCULAR IAGRO DDSA Nº 46, 24/04/2015	24/04/2015	Autorização para emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) e emissão de e-GTA sem publicação de portaria de credenciamento.
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO SEPAF / IAGRO / GAF Nº 001, 20/03/2015	20/03/2015	Visando normatizar o fluxo de documentos encaminhados à Direção da IAGRO.
DECRETO Nº 14.200, DE 29 DE MAIO DE 2015.	29/05/2015	Institui a Guia de Trânsito Animal eletrônica, e-GTA no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
ANEXOS DO DECRETO Nº 14.200, DE 29 DE MAIO DE 2015.	29/05/2015	ANEXOS DO DECRETO Nº 14.200, DE 29 DE MAIO DE 2015.

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

MANUAL DE PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO PARA O TRÂNSITO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, EMISSÃO DE CIS-E E CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS VETERINÁRIOS PARTICULARES	01/11/2009	MANUAL DE PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO PARA O TRÂNSITO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, EMISSÃO DE CIS-E E CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS VETERINÁRIOS PARTICULARES
Instrução de Serviço IAGRO GDSA Nº 001/2015, de 23 de Junho de 2015	23/06/2015	Instrui medidas de procedimentos a serem adotados, caso irregularidades sejam constatadas após a entrada em vigor das novas regras para emissão da e-GTA.
Instrução de Serviço DDSA Nº 006/2015, 01/07/2015	01/07/2015	Revoga a Instrução de Serviço DDSA Nº. 008 de 12 de julho de 2013. Estabelece procedimentos de vigilância e metas a serem cumpridas mensalmente pelas Unidades Veterinárias Locais.
DECRETO Nº 14.324, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015	26/11/2015	Institui e regulamenta o Documento de Transferência de Saldo Animal (DTA), no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
DECRETO Nº 14.526, DE 28 DE JULHO DE 2016.	28/07/2016	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 11.176, de 11 de abril de 2003, que institui o Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (Proape), visando à expansão e ao fortalecimento da bovinocultura, da suinocultura, da ovinocaprinocultura e da piscicultura, e dá outras providências.
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO IAGRO Nº 11 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.	03/10/2016	Dispõe sobre os procedimentos para cadastramento de produtores através de Inscrição Sanitária no E-SANIAGRO.
PORTARIA IAGRO/MS/Nº 3.561 DE 28 DE SETEMBRO DE 2016	28/09/2016	Estabelece o cadastramento de produtores no Sistema Informatizado da IAGRO - E-SANIAGRO através de Inscrição Sanitária e regulamenta o trânsito de animais.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.564, 05/10/2016.	05/10/2016	Dispõe sobre a constituição de procurador mediante apresentação de procurações públicas e particulares
Instrução de Serviço DP Nº 001, 19/01/2017	19/01/2017	Dispõe sobre normas para o controle de utilização de veículos da IAGRO.
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO/ IAGRO/DDSA Nº 02, 09/03/2017.	09/03/2017	Dispõe sobre a migração da plataforma do sistema SANIAGRO para o sistema e-SANIAGRO e dá outras providências
DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017	29/03/2017	Este Decreto dispõe sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989.

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

LEI Nº 3.823, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009 - COMPILADA	-	Institui a defesa sanitária animal e dispõe sobre matérias correlatas
LEI Nº 4.999, DE 16 DE MAIO DE 2017.	16/05/2017	Acrescenta dispositivo ao art. 77 da Lei nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.573, DE 04 DE JULHO DE 2017	04/07/2017	Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação do atestado de vacinação contra a Influenza Equina (gripe equina) para fins de emissão de Guia de Trânsito Animal (e-GTA / GTA manual) de equídeos para aglomeração com finalidade comercial e aglomeração sem finalidade comercial
RESOLUÇÃO SEMAGRO N.646, DE 06 DE JULHO DE 2017.	06/07/2017	Institui e Regulamenta o Subprograma de Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino Leiteiro do Estado de Mato Grosso do Sul “PRÓ-FÊMEASMS e PRÓ-GENÉTICA- ” do ao Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (PROAPE), instituído pelo Decreto nº 11.176, de 11 de abril de 2003.
Instrução de Serviço IAGRO DP 002, 04/08/2017	04/08/2017	Dispõe sobre a padronização da disponibilidade de informações e o compartilhamento de documentos de interesse técnico e relevantes ao Serviço de Defesa e inspeção Sanitária Animal e Vegetal a fim de otimizar as ações executadas no interesse de salvaguardar o status sanitário de toda cadeia do setor produtivo da agropecuária do estado de MS e dá outras providências.
ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES DOS ESCRITÓRIOS IAGRO (METAS ATUALIZADAS EM 18/09/17)	18/09/2017	ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES DOS ESCRITÓRIOS IAGRO (METAS ATUALIZADAS EM 18/09/17)
INSTRUÇÃO NORMATIVA / IAGRO Nº 01, 26/10/2017	26/10/2017	Dispõe sobre padronização e procedimentos na participação de servidor da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO) em atividade educacional presencial e dá outras providências.
Manual de Padronização para a Edição de Ponto de Interesse Sanitário do IAGRO no Programa GPS TCM	-	Manual de Padronização para a Edição de Ponto de Interesse Sanitário do IAGRO no Programa GPS TCM
Manual de Padronização para a Edição de Mapas, Registro de Atividades e Comunicação	-	Manual de Padronização para a Edição de Mapas, Registro de Atividades e Comunicação
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO IAGRO DDSA Nº 01, 24/01/2018	24/01/2018	Dispõe sobre normas e procedimentos para preenchimento do Relatório de Vigilância Sanitária em Saúde Animal:



# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO IAGRO DDSA Nº 02, 24/01/2018.	24/01/2018	Dispõe sobre procedimentos para confecção de relatórios técnicos mensais e dá outras providências.
MANUAL E-SANIAGRO - Módulo Vigilância Sanitária - out/2015	out/15	MANUAL E-SANIAGRO - Módulo Vigilância Sanitária
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.589 26 DE FEVEREIRO DE 2018	26/02/2018	Estabelece a área de atuação das Unidades Regionais e Locais da IAGRO e dá outras providências.
Portaria IAGRO MS Nº 3.591, de 27 de fevereiro de 2018	27/02/2018	Dispõe sobre participação em seminário socioeducativo com o objetivo de ensejar redução do valor de multa cominada e dá outras providências
DECRETO Nº 14.567, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016.	20/09/2016	<i>Institui a Reserva Financeira para Ações de Defesa Sanitária Animal (REFASA), e dá outras providências.</i>
DECRETO Nº 14.657, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2017.	07/02/2017	<i>Dispõe sobre a reorganização estrutural e administrativa do Grupo Especial de Atenção à Suspeita de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas de Mato Grosso do Sul (GEASEMS)</i>
Decreto Nº 11.176 de 11/04/2003	11/04/2003	Institui o Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (Proape), visando à expansão e ao fortalecimento da bovinocultura de corte, da bovinocultura de leite, da suinocultura, da avicultura de corte, da ovinocaprinoicultura e da piscicultura, e dá outras providências. (Redação da ementa dada pelo Decreto Nº 14742 DE 29/05/2017)
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, de 10 de junho de 2014	10/06/2014	Definir as normas para habilitação de médico veterinário privado para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA e aprovar na forma dos Anexos de I a V da presente Instrução Normativa
PORTARIA / IAGRO/ MS Nº 3.596, DE 26 DE ABRIL DE 2018.	26/04/2018	Estabelece o controle efetivo de movimentação de animais com destino ao abate no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
PORTARIA /IAGRO/MS Nº 3.610 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018.	14/12/2018	Institui no sistema e-SANIAGRO o módulo de autorização de trânsito para as espécies bovina e bubalina entre propriedades rurais localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul.
DECRETO “P” Nº 2.469	27/12/2018	Nomear os representantes dos órgãos abaixo indicados, para comporem o Diretório-Administrativo do Grupo Especial de Atenção à Suspeita de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas de Mato Grosso do Sul (GEASE-MS), da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO), com mandato de (4) quatro anos.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 712	27/05/2019	Dispõe sobre a nomeação dos servidores do quadro de pessoal da IAGRO, que terão responsabilidades efetivas no Grupo Especial de Atenção à Suspeita de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas de Mato Grosso do Sul GEASE - MS
PORTARIA IAGRO MS N.º 3.618, de 30 de maio de 2019	30/05/2019	Estabelece critérios para a classificação das propriedades consideradas de maior risco sanitário para a introdução de doenças nos rebanhos do Estado do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

## LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

### VERSÃO 15.0

#### 2. Legislações Vigentes do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA

Identificação	Data	Ementa
Instrução Normativa Nº 44	02/10/2007	Aprova as diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa, constante do Anexo I, e os Anexos II, III e IV, desta Instrução Normativa, a serem observados em todo o Território Nacional, com vistas à implementação do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA), conforme o estabelecido pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
Instrução de Serviço Nº 6	06/07/2011	Estabelece e padroniza procedimentos em relação aos ausentes nas etapas de vacinação contra febre aftosa e da outras providências.
Instrução de Serviço Nº 2	26/03/2012	Os procedimentos para controle de distribuição de elementos de identificação na ZAV bem como para o controle da remoção dos mesmos após o egresso de animais daquela região serão controlados pelo sistema SANIAGRO, conforme estabelecido pela Instrução de Serviço GDSA nº 002/2011.
Formulário de Investigação Clínica e Epidemiológica para Síndrome Vesicular	12/01/2013	Formulário de Investigação Clínica e Epidemiológica para Síndrome Vesicular
Instrução de Serviço DDSA Nº 2	08/01/2013	Estabelece procedimentos para o registro da vacinação contra febre aftosa de propriedades rurais que não prestaram informações relativas ao rebanho bovino na SEFAZ.
Instrução de Serviço GDSA Nº 002	18/01/2012	Estabelece e padroniza procedimentos referentes à apreensão de animais em trânsito sem a comprovação de origem e da outras providências.
Portaria IAGRO MS Nº 2.570	16/07/2012	Dispõe sobre o trânsito de bovídeos sem vacinação contra febre aftosa, oriundos das propriedades satélites, com destino à propriedade denominada Faz. Luma, município de Água Clara/MS, para a realização de testes da vacina contra febre aftosa.
Instrução Normativa Nº 13	21/03/2011	Reconhecer a ZAV, implantada nas regiões de fronteira entre Mato Grosso do Sul e as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia como zona livre de febre aftosa com vacinação.
Portaria IAGRO MS Nº 2.250	11/04/2011	Dispõe sobre o trânsito de bovinos e bubalinos destinados ao abate imediato durante as etapas de vacinação e dá outras providências.
Instrução de Serviço IAGRO GDSA Nº 02	12/04/2011	Padroniza os procedimentos referentes ao trânsito, vacinação contra febre aftosa e identificação individual de animais apascentados na Zona de Alta Vigilância de Mato Grosso do Sul ZAV.



# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Portaria IAGRO MS Nº 2.444	23/12/2011	Estabelece procedimentos operacionais relacionados a Declaração do Modelo B e cancelamento da GTA e e-GTA.
Plano de Ação para Febre Aftosa	2009	Conjunto de instruções para serem implementadas durante uma emergência veterinária, desde o primeiro aviso (notificação) da suspeita até seu controle ou erradicação
Manual de Procedimentos para a Atenção às Ocorrências de Febre Aftosa e outras Enfermidades Vesiculares	2007	No manual, a seqüência de atenção da emergência sanitária inicia-se com a notificação da suspeita de emergência ao órgão responsável pelo seu atendimento. Descreve como deve ser essa recepção, seu registro e quem deve ser acionado e notificado.
Vigilância Veterinária de doenças vesiculares	2007	O objetivo deste documento é definir princípios e diretrizes gerais para a vigilância veterinária das doenças vesiculares, fornecendo orientações para a padronização das atividades do serviço veterinário oficial e dos seus relatórios, contribuindo para a avaliação da qualidade da atenção veterinária de doenças vesiculares em todas as instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).
Orientações para fiscalização do comércio de vacinas contra febre aftosa e controle e avaliação das etapas de vacinação	2005	O presente documento são apresentadas as atividades principais que envolvem as ações de fiscalização do comércio e distribuição de vacinas contra a febre aftosa, bem como de controle e avaliação das campanhas de vacinação
Portaria Iagro MS Nº 2.966	15/10/2013	Dispõe sobre as regras para a vacinação contra febre aftosa, o trânsito e a identificação individual de animais na Zona de Fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Instrução Normativa Nº 33	19/08/2013	Reconhecer a região norte do Estado do Pará, constituída por municípios e parte de municípios relacionados no Anexo desta Instrução Normativa, integrante da zona livre de febre aftosa com vacinação, composta por essa parte do Estado do Pará e pelos Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.
Classificação de risco para febre aftosa e zona livre da doença - 2010	out/2010	Classificação de risco para febre aftosa e zona livre da doença - 2010
Fluxo de atendimento à suspeita de doenças vesiculares	-	Fluxo de atendimento à suspeita de doenças vesiculares
MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE BOVINOS E BUBALINOS VERSÃO 21.0	-	MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE BOVINOS E BUBALINOS VERSÃO 21.0
PORTARIA IAGRO MS Nº 3.097, 29 DE ABRIL DE 2014.	29/04/2014	Dispõe sobre o comércio de vacina contra febre aftosa, no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

PORTARIA/IAGRO/MS N.º 3305 / 2015	18/03/2015	Altera dispositivo da PORTARIA/IAGRO/MS N.º 2966, de 15 de Outubro de 2013 e dá outras providências.
Instrução de Serviço/IAGRO/DDSA Nº 05/2015	01/06/2015	Instrui e regulamenta a operacionalização do controle da capacidade de suporte em Unidade Animal por hectare de pastagem nas propriedades rurais do Estado de Mato Grosso do Sul.
MEMORANDO DSA Nº 634, 13/11/2014	13/11/2014	Procedimentos com propriedades fornecedoras de bovinos para teste de vacinas contra febre aftosa.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.505 DE 09/11/2015.	09/11/2015	Estabelece procedimentos para o trânsito de bovídeos no estado de Mato Grosso do Sul relacionados à vacinação contra febre aftosa e dá outras providências.
Portaria/IAGRO/MS nº 3.560/2016, de 26 de setembro de 2016	26/09/2016	Dispõe sobre trânsito de gado a pé em Unidades de Conservação da Natureza e Áreas de Preservação Permanente – APP, no município de Campo Grande e dá outras providências.
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO IAGRO DDSA Nº 010, DE 29/09/2016	29/09/2016	Dispõe sobre a emissão de GTA e e-GTA manual para o trânsito de gado a pé em Unidades de Conservação da natureza e Áreas de Preservação Permanente-APP no município de Campo Grande e dá outras providências.
PORTARIA/IAGRO/MS N.º 3.557 DE 05 DE AGOSTO DE 2016	05/08/2016	Dispõe sobre etapas de vacinação contra a febre aftosa do rebanho bovino e bubalino no Estado de Mato Grosso do Sul a partir de novembro de 2016, e dá outras providências.
DECRETO Nº 14.778, DE 6 DE JULHO DE 2017	06/07/2017	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 14.567, de 20 de setembro de 2016, que instituiu a Reserva Financeira para Ações de Defesa Sanitária Animal (REFASA), e dá outras providências
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO/ IAGRO/DDSA Nº 004/2017	10/08/2017	Dispõe sobre o projeto piloto de autorização de emissão de e-GTA, via WEB, ao produtor rural com propriedades localizadas na região sanitária da Zona de Fronteira do município de Bela Vista, e dá outras providências.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº. 3.601 DE 25 DE JUNHO DE 2018	25/06/2018	Prorroga, em caráter excepcional, a vacinação Contra a Febre Aftosa (etapa MAIO/2018), e Vacinação Contra Brucelose na Região do Pantanal, e dá outras providências.

### 3. Legislações Vigentes do Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA

Identificação	Data	Ementa
Portaria Nº 70	03/03/1994	Regulamenta a obrigatoriedade da suspeita da Doença de Newcastle.
Instrução Normativa nº 44	23/08/2001	Aprovar as Normas Técnicas para Controle e a Certificação de núcleos e estabelecimentos Avícolas para a Micoplasmose Aviária.

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Instrução Normativa nº 32	13/05/2002	Aprovar as Normas Técnicas de Vigilância para Doença de Newcastle e Influenza Aviária, e e controle e erradicação para a doença de Newcastle.
Instrução Normativa Conjunta nº 2	21/02/2003	Aprovar o Regulamento Técnico para registro, fiscalização e controle sanitário dos estabelecimentos de incubação, de criação e alojamento de ratitas.
Instrução Normativa nº 78	03/11/2003	Aprovar as Normas Técnicas para Controle e a Certificação de núcleos e estabelecimentos Avícolas como livres de <i>Salmonella gallinarium</i> e de <i>Salmonella pullorum</i> e livres ou controlados para <i>Samonella thyphimurium</i> .
Portaria/IAGRO/MS nº 748	23/08/2004	Proibir o ingresso de excretas e cama de aviário no Estado de Mato Grosso do Sul.
Instrução Normativa nº 17	07/04/2006	Aprovar, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle.
Ofício Circular/ DSA nº07	24/01/2007	Procedimentos permanentes de vigilância para influenza aviária e doença de Newcastle.
Portaria/IAGRO/MS nº1.221	21/03/2007	Estabelece normas para adesão ao Plano de Prevenção da Doença de Newcastle, no Estado do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Ofício Circular/ DSA nº44	10/04/2007	Novo modelo Anexo III, que trata do Boletim Sanitário apresentado no Ofício Circular/ DSA nº07/2007.
Ofício Circular/ DSA nº157	30/10/2007	Procedimentos permanentes de vigilância para influenza aviária e doença de Newcastle.
Instrução Normativa nº 56	04/12/2007	Estabelece procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais.
Instrução Normativa nº 46	02/09/2008	Aprovar os procedimentos para importação de material genético destinado à reposição de plantéis avícolas .
Lei Estadual nº 3.823	21/12/2009	Institui a Defesa Sanitária Animal e dispõe sobre matérias correlatas.
Ofício Circular nº 91/2010	14/06/2010	PNSA - Procedimentos permanentes de vigilância.
Decreto Estadual nº 13.064	05/11/2010	Dispõe sobre os atos de registro, controle, fiscalização, inspeção ou vistoria de estabelecimentos e outros bens relacionados a aves comerciais, e dá outras providências.
Decreto Estadual Nº 13.193	19/05/2011	Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº13.064, de 5 de novembro de 2010, que dispõe sobre os atos de registro, controle, fiscalização, inspeção ou vistoria de estabelecimentos e outros bens relacionados a aves comerciais.
Procedimentos par Envio de Amostra para o LADDAN	21/07/2011	Procedimentos para o envio de amostras para o LADDAN
Norma Interna DSA Nº 03	03/10/2011	Declara os plantéis avícolas industriais brasileiros livres da doença de Newcastle e da influenza aviária notificável.
Memorando Circular Nº 011/2012 DSA.	25/01/2012	Situação corrente do registro dos estabelecimentos avícolas comerciais.

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Memorando Circular Nº 015/2012 DSA.	03/02/2012	Padronização referente ao atendimento as suspeitas de doenças contempladas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) - Vigilância Passiva
Memorando Circular Nº 135/2012 DSA.	06/02/2012	Procedimentos permanentes de vigilância para doença de Newcastle e influenza aviária.
Ofício Nº 0535/2012/SSA/DDA/SFA/MS	08/02/2012	Encaminha os Memorando Circular nº011/2012 DSA de 25/01/2012, Memorando Circular nº 015/2012 DAS de 03/02/2013 e Memorandonº 135/2012 DAS de 06/02/2012.
Ofício Circular nº 006	09/02/2012	Padronização referente ao atendimento de mortalidade elevada de aves - procedimentos permanentes de vigilância para DNC e IA.
Ofício Circular nº 24/2012 SSA/DDA/SFA/MS	05/11/2012	Complementar ao Ofício Circular nº 006/2012 que trata de padronização aos atendimentos de mortalidade elevada de aves.
Instrução Normativa nº 36	06/12/2012	Acrescentar redações na Instrução Normativa nº 56 de 04/12/2007.
Manual de Preenchimento para Emissão de GTA	12/03/2013	Manual para Preenchimento para Emisão de GTA de Aves e Ovos Fértéis com Finalidade de Produção de Ovos e Material Genético (versão 6.0)
Instrução Normativa nº10	11/04/2013	Definição do Programa de gestão de risco diferenciado para estabelecimentos avícolas registrados.
Instrução de Serviço nº 007	12/04/2013	Dispõe sobre os procedimentos de preenchimento do Formulário de Colheita de Material - PNSA, confecção de relatórios de vigilância e dá outra providência.
Plano de Contingência para IA e DNC	30/04/2013	Plano de Contingência para IA e DNC (versão 1.4)
Ofício Circular nº012/2013/SSA/DDA/SFA/MS	07/05/2013	Declara de Informações no Formulário de Acompanhamento Sanitário de Estabelecimentos Avícolas de Reprodução.
Memorando Circular Nº 76	11/06/2013	Aplicação da IN Nº 10/2013 - Gestão de risco de estabelecimentos avícolas
Manual de emissão de GTA para aves de produção – versão 7.0	24/10/2013	Manual de emissão de GTA para aves de produção – versão 7.0
PORTARIA/IAGRO/MS N.º 3.047	11/02/2014	Estabelece normas para emissão manual de Guia de Trânsito Animal – GTA, para o trânsito de aves e seus produtos no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
DECRETO ESTADUAL Nº 13.983, DE 17 DE JUNHO DE 2014	17/06/2014	Dispõe sobre os atos de cadastro, registro, controle, fiscalização, inspeção ou vistoria, fiscalização, de estabelecimentos e outros bens relacionados a aves tipo caipira, e determina outras medidas para as aves de subsistência.

## LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

### VERSÃO 15.0

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014	21/10/2014	Estabelecer as normas técnicas de Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva Avícola das granjas de reprodução, de corte e incubatórios, de galinhas ou perus, para a infecção pelos vírus de influenza aviária - IA e doença de Newcastle - DNC.
Portaria/IAGRO/MS Nº 3.590 de 27 de fevereiro de 2018	27/02/2018	Estabelece normas e prazos para Registros de Estabelecimentos Comerciais Avícolas de Corte e Postura do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
PORTARIA/IAGRO/MS N.º 3.619 DE 30 DE MAIO DE 2019.	30/05/2019	Estabelece normas para o Comércio de aves vivas, no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
PORTARIA/IAGRO/MS N.º 3.620 DE 30 DE MAIO DE 2019.	30/05/2019	Altera o Art. 3º da Portaria/IAGRO/MS nº3.590 de 27 de fevereiro de 2018 que estabelece normas e prazos para Registros de Estabelecimentos Comerciais Avícolas de Corte e Postura de mato Grosso do Sul.

#### 4. Legislações Vigentes do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE

Identificação	Data	Ementa
Lei Nº 7.291	19/12/1984	Dispõe sobre as atividades da equideocultura no País e dá outras providências.
Decreto Nº 96.993	17/10/1988	Regulamenta a Lei Nº 7291/84.
Instrução Normativa Nº 17	17/10/1988	Institui o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE.
Portaria Nº 84	19/10/1992	Aprova as Normas de Credenciamento e Monitoramento de Laboratórios de Anemia Infeciosa Equina.
Portaria Nº 07	19/01/1995	Complementa as Normas de Credenciamento e Monitoramento de Laboratórios de Anemia Infeciosa Equina.
Instrução de Serviço Nº 17	16/11/2001	Determina a adoção de medidas sanitárias em razão da ocorrência de influenza (gripe) equina.
Instrução Normativa Nº 12	29/01/2004	Estabelecer os requisitos de qualidade para o credenciamento e monitoramento de laboratórios para diagnóstico sorológico de mormo por meio da técnica de Fixação do Complemento, com seus respectivos procedimentos e anexos.
Instrução Normativa Nº 45	15/06/2004	Aprova as Normas para Prevenção e Controle da Anemia Infeciosa Equina-AIE

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Instrução Normativa Nº 09	28/03/2008	Adota os "Requisitos Zoossanitários para a Importação Temporária de Equídeos entre os Estados Partes do MERCOSUL" aprovados pela Resolução GMC - MERCOSUL no 22/07, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.
Instrução Normativa Nº 10	28/03/2008	Adota os "Requisitos Zoossanitários para a Importação Temporária de Equídeos de Terceiros Países" aprovados pela Resolução GMC - MERCOSUL no 21/07, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.
Instrução Normativa Nº 11	28/03/2008	Adota os "Requisitos Zoossanitários para a Importação Definitiva ou para Reprodução de Equídeos entre os Estados Partes do MERCOSUL" aprovados pela Resolução GMC - MERCOSUL no 20/07, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.
Instrução Normativa Nº 16	02/04/2008	Adota os "Requisitos Zoossanitários para a Importação Definitiva ou para Reprodução de Equídeos de Terceiros Países" aprovados pela Resolução GMC - MERCOSUL no 19/07, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.
Instrução Normativa Nº 31	28/05/2008	Adota os "Requisitos Zoossanitários para a Exportação de Equídeos para Abate Imediato Destinados aos Estados Partes" aprovados pela Resolução GMC - MERCOSUL no 43/07, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.
Instrução Normativa Nº 32	28/05/2008	Adota os "Requisitos Zoossanitários para a Esportação de Embrião Equino Destinados aos Estados Partes do MERCOSUL" aprovados pela Resolução GMC - MERCOSUL no 42/07, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.
Instrução Normativa Nº 33	28/05/2008	Adota os "Requisitos Zoossanitários para a Esportação de Sêmen Equino Destinados aos Estados Partes do MERCOSUL" aprovados pela Resolução GMC - MERCOSUL no 44/07, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.
Instrução Normativa Nº 06	23/03/2009	Aprova o regulamento para o registro dos estabelecimentos industriais, para fins de produção e comercialização de sêmen equídeo junto ao MAPA.
Portaria IAGRO Nº 2.097	30/08/2010	Estabelece a obrigatoriedade de declaração do rebanho equídeos aos que mantenham a qualquer título animais sob sua responsabilidade; disciplina o trânsito e da outras providências.
Portaria IAGRO Nº 2.177	07/12/2010	Padroniza procedimentos quanto ao trânsito de equídeos na região do Pantanal Sul-matogrossense, bem como desobriga o proprietário daqueles animais de apresentar Exame de AIE para inserir saldo de equídeos após 20 de dezembro de 2010 nas propriedades localizadas naquela região, conforme Art. 2º da Portaria Nº 2097/2010 e dá outras providências.



# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Portaria Nº 2.191	05/01/2011	Altera dispositivo da Portaria Nº 2.097/2010, que dispõe sobre equídeos encaminhados ao abate e dá outras providências.
Memorando Circular DSA Nº 74	16/05/2012	Revisão dos procedimentos de certificação de carne equídea à União Européia.
Memorando Circular DSA Nº 56	17/06/2014	Notificação de doenças de equídeos ao DSA - exportação de equídeos para União Européia.
Portaria Nº 378	17/12/2014	Altera o anexo da Portaria Nº 84/1992.
Portaria IAGRO Nº 3334	05/05/2015	Dispõe sobre as normas para controle do Mormo, com a aplicação de medidas relativas ao trânsito de equídeos no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Nota Técnica IAGRO Nº 003	03/06/2015	Ocorrência de Mormo no Estado do Mato Grosso do Sul e medidas de saneamento.
Decreto Normativo Nº 14.523 - SEFAZ	28/07/2016	Altera a redação ao Regulamento nº 005/2006 - Operações financeiras com Equinos.
Portaria IAGRO Nº 3561	28/09/2016	Estabelece o cadastramento de produtores no Sistema Informatizado da IAGRO - E-SANIAGRO através de Inscrição Sanitária e regulamenta o trânsito de animais.
Portaria IAGRO Nº 3562	29/09/2016	Estabelece a anistia e a obrigatoriedade de declaração do saldo de equídeos aos que mantenham a qualquer título animais sob sua responsabilidade e regulamenta o trânsito
Instrução de Serviço IAGRO Nº 11	03/10/2016	Dispõe sobre os procedimentos para cadastramento de produtores através de Inscrição Sanitária no E-SANIAGRO.
Portaria IAGRO Nº 3567	16/12/2016	Prorroga o prazo estabelecido para declaração ou atualização de rebanho equídeo, previsto na Portaria Nº 3562/2016 e dá outras providências.
Instrução de Serviço IAGRO Nº 12	21/12/2016	Dispõe sobre os procedimentos para emissão de Guias de Trânsito Animal (E-GTA) de equídeos e outras providências.
Instrução de Serviço Nº 003	15/03/2017	Dispõe sobre procedimentos para emissão de Guia de Trânsito Animal (E-GTA) na finalidade comitativa.
Manual de emissão de GTA para equídeos	01/07/2017	Manual de Emissão de GTA para Equídeos – versão 19.0
Portaria IAGRO Nº 3573	04/07/2017	Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação do atestado de vacinação contra Influenza Equina para fins de emissão de Guia de Trânsito Animal de equídeos para aglomeração com finalidade comercial e aglomeração sem finalidade comercial.

## LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

### VERSÃO 15.0

Instrução Normativa Nº 06	16/01/2018	Aprova as Diretrizes Gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo.
PORTARIA Nº 35, DE 17 DE ABRIL DE 2018	17/04/2018	Definição dos testes laboratoriais para o diagnóstico do mormo.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018	26/11/2018	Ficam definidos os requisitos e critérios para a realização do diagnóstico de AIE, por meio das técnicas denominadas Imunodifusão em Gel de Ágar (IDGA) e ensaio imunoenzimático (ELISA), a serem adotadas pelos laboratórios pertencentes a Rede Nacional de Laboratórios.
PORTARIA IAGRO MS Nº 3.623 DE 12 DE JUNHO DE 2019	12/06/2019	Aprovam as diretrizes para a identificação individual de equídeos, a virtualização dos exames de AIE e Mormo, a emissão E-GTA no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

### 5. Legislações Vigentes do Programa Nacional Sanidade Caprinos e Ovinos - PNSCO

Identificação	Data	Ementa
Instrução Normativa Nº 05	01/03/2002	Aprovar as Normas Técnicas para o controle da raiva dos herbívoros domésticos e a incorporação da encefalopatia espongiforme bovina, da paraplexia enzoótica dos ovinos (scrapie) e outras doenças com sintomatologia nervosa de caráter progressivo no sistema de vigilância da raiva dos herbívoros.
Instrução Normativa Nº 87	10/12/2004	Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos
Instrução de Serviço GIDSA Nº 001	21/02/2005	Face a necessidade de regulamentar o ingresso e permanência de ovinos em recintos onde ocorrem aglomerações de animais.
Instrução Normativa Nº 20	15/08/2005	Aprova os Procedimentos para Operacionalização do Cadastro Sanitário de Estabelecimentos de Criação de Caprinos e Ovinos
Instrução Normativa Nº 15	02/04/2008	Aprova os procedimentos para atuação em caso de suspeita ou ocorrência de paraplexia enzoótica dos ovinos (scrapie).
Ofício Circular DSA Nº 04/2010	11/01/2010	Diferença entre o número de animais existentes no veículo e o descrito na GTA.
Manual de Preenchimento de emissão de GTA de Caprinos e Ovinos Versão 5.0	24/05/2013	Manual de Preenchimento de emissão de GTA de Caprinos e Ovinos Versão 5.0
Instrução Normativa Nº 50, 24/09/2013	24/09/2013	Apresenta a lista de doenças da OIE de notificação obrigatória ao Serviço Veterinário Oficial do País.

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31/2014	03/09/2014	Incluir a encefalopatia espongiforme bovina, a paraplexia enzoótica dos ovinos (scrapie) e outras doenças com sintomatologia nervosa de caráter progressivo no sistema de vigilância da raiva dos herbívoros domésticos, na forma a ser estabelecida em ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
PORTARIA IAGRO MS Nº 3.523, DE 30/ 11 / 2015	30/11/2015	Revoga a Portaria IAGRO MS Nº 2.653, 24 de outubro de 2012 e estabelece novas regras para a Propriedade de Descanso de Ovinos para Abate (PDOA) e dá outras providências.
PORTARIA IAGRO MS N.º 3.576, de 2017	18/09/2017	Estabelece regras para o trânsito intraestadual e interestadual de caprinos e ovinos e dá outras providências.
PORTARIA IAGRO MS Nº 3.597, DE 16 DE MAIO DE 2018	16/05/2018	Dispõe sobre o comércio de lã por propriedade rural, barracão ou lanifício no Estado do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
PORTARIA IAGRO MS Nº 3.607, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.	26/10/2018	Estabelece regras sobre a obrigatoriedade da declaração e do ajuste de saldo do rebanho de caprinos e ovinos e dá outras
Instrução de Serviço DDSA Nº 011, de 2018	08/11/2018	Dispõe sobre procedimentos a serem realizados no ajuste do rebanho de caprinos e ovinos após publicação de nova portaria e dá outras providências.
PORTARIA IAGRO MS N.º 3.618, de 30 de maio de 2019	30/05/2019	Estabelece critérios para a classificação das propriedades consideradas de maior risco sanitário para a introdução de doenças nos rebanhos do Estado do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

### 6. Legislações Vigentes da PNCRH

Identificação	Data	Ementa
Instrução Normativa Ministerial Nº 05	01/03/2002	Aprovar as Normas Técnicas para o controle da raiva dos herbívoros domésticos e a incorporação da encefalopatia espongiforme bovina, da paraplexia enzoótica dos ovinos (scrapie) e outras doenças com sintomatologia nervosa de caráter progressivo no sistema de vigilância da raiva dos herbívoros.
Instrução Normativa Ministerial Nº 69	13/12/2002	Determinar o uso de um selo de garantia (holográfico) em todos os frascos de vacinas contra a raiva dos herbívoros
Portaria SDA Nº 168	27/09/2005	Aprovar o MANUAL TÉCNICO PARA O CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS
Instrução de Serviço DDSA Nº 002	26/02/2014	Dispõe sobre as ações do PNCRH e dá outras providências
Instrução de Serviço DDSA Nº 003	26/02/2014	Dispõe sobre metas a serem cumpridas referente ações do PNCRH e dá outras providências
Portaria IAGRO Nº 3.554, de 29 de dezembro de 2015	29/12/2015	Instituir Equipe Permanente para o Controle da Raiva dos Herbívoros no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.565, DE 2016.	01/11/2016	Torna obrigatória a vacinação contra a Raiva, em todos os herbívoros, com idade igual ou superior a três meses, nas regiões com ocorrência de Raiva confirmada e dá outras providências
Instrução Normativa IBAMA Nº 141	19/12/2006	Dispõe sobre o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.598 DE 21 DE MAIO DE 2018.	21/05/2018	Estabelece o calendário para imunização contra raiva dos servidores da IAGRO e dá outras providências.
PORTARIA /IAGRO MS Nº 3.599 DE 29 DE MAIO DE 2018.	29/05/2018	Institui Equipe Permanente para o controle da raiva nos herbívoros.
PORTARIA "P" IAGRO Nº 156, DE 07 DE JUNHO DE 2018.	07/06/2018	Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe Permanente, instituída por meio da PORTARIA/IAGRO N. 3.599, de 29 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial N. 9.668 de 04/06/2018, página 06, com a finalidade de realizar o controle da raiva nos herbívoros, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo: 1/502422/2018).

### 7. Legislações Vigentes das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - EET

Identificação	Data	Ementa
Instrução Normativa Ministerial Nº 18	15/12/2003	Proibir o abate de bovinos e bubalinos importados, a transferência sem prévia autorização e dá outras providências.
Instrução Normativa Ministerial Nº 08	25/03/2004	Proibir utilização de Subprodutos de Origem Animal (SOA) na alimentação de ruminantes e dá outras providências
Portaria IAGRO Nº 748	23/08/2004	Proibir o ingresso de excretas e cama de aviário no Estado de Mato Grosso do Sul.
Instrução Normativa Ministerial Nº 17	07/04/2008	Proibir em todo o território nacional a fabricação, na mesma planta, de produtos destinados à alimentação de ruminantes e não ruminantes
Norma Interna DSA Nº 02	25/06/2008	Aprovar a utilização do Teste Rápido "Feed Check"
Instrução Normativa Ministerial Nº 49	15/09/2008	Estabelecer as seguintes categorias de risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB
Instrução Normativa Ministerial Nº 15	02/04/2008	Aprovar procedimentos atuação casos suspeitos ou ocorrência scrapie
Instrução Normativa Ministerial Nº 41	08/10/2009	Aprovar os procedimentos na fiscalização de alimentos de ruminantes em estabelecimentos de criação e na destinação dos ruminantes que tiveram acesso a alimentos compostos por subprodutos de origem animal proibidos na sua alimentação, e dá outras providências.
Instrução de Serviço GDSA Nº 002	10/02/2009	Dispõe sobre os procedimentos quanto à identificação das propriedades rurais com animais importados, no Sistema SANIAGRO.

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Norma Interna DSA Nº 09	11/05/2010	Aprovar procedimentos para fiscalização, colheita e envio de amostras de alimentos de ruminantes colhidos em estabelecimentos de criação, e os respectivos formulários, na forma dos anexos e dá outras providências.
Fax Circular DSA Nº 026	15/06/2012	Classificação do Brasil como risco insignificante para EEB.
Fax Circular DSA Nº 011	10/02/2012	Novos padrões de idade para vigilância de encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET) nos estabelecimentos de abate e no campo.
Memo Circular SDA Nº 073	28/12/2012	Procedimentos relacionados às amostras para EET e categorias alvo para vigilância de EET
Fax Circular DSA Nº 005	31/01/2013	Envio das amostras para EET direto para LANAGRO/PE.
Instrução de Serviço DDSA Nº 009/2014	26/11/2014	Revoga a Instrução de Serviço DDSA Nº 009/2013 e dispõe sobre a vigilância da alimentação de ruminantes e dos procedimentos para lançamento de RVSSA da EETs e dá outras providências.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, 2013	17/09/2013	Institui o Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina - PNEEB, nos termos desta Instrução Normativa.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 13, 2014.	14/05/2014	Estabelecer as normas para identificação, monitoramento e controle da movimentação de bovinos importados de países considerados de risco para encefalopatia espongiforme bovina (EEB) e aprovar os formulários constantes dos Anexos desta Instrução Normativa, na forma seguinte:
Norma Interna DSA Nº 02	21/07/2014	Aprovar os procedimentos de monitoramento e controle de trânsito de bovinos importados de países de risco para EEB e os respectivos anexos.

### 8. Legislações Vigentes do PNCEBT

Identificação	Data	Ementa
Instrução Normativa MAPA Nº 02	10/01/2001	Atribui ao Secretário de Defesa Animal a incumbência de baixar o Regulamento Técnico do PNCEBT
Instrução de Serviço DDA Nº 04	13/02/2001	Dispõe sobre procedimentos e vendas de tuberculinas
Instrução Normativa SDA/MAA Nº 21	16/05/2001	Medidas a serem adotadas na emissão de GTA
Instrução de Serviço DDA Nº 21	07/12/2001	Estabelece condições para o uso da vacina contra brucelose B 19
Instrução de Serviço Nº 19	28/06/2002	Orienta sobre a distribuição de antígenos pelas UF
Instrução de Serviço DDA Nº 20	28/06/2002	SAR em placa
Portaria SDA Nº 10	07/03/2003	Institui o Comitê Científico Consultivo sobre Brucelose e Tuberculose Animal (CCBT)
Portaria DDA Nº 73	04/12/2003	Estabelece a composição do Comitê Científico Consultivo sobre Brucelose ( <i>B. abortus</i> ) e tuberculose animais ( <i>M. bovis</i> )

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Portaria DDA Nº 11	26/01/2004	Exclui o estado de SC da obrigatoriedade de vacinação contra brucelose em fêmeas bovinas e bubalinos
Instrução Normativa SDA/MAPA Nº 30	07/06/2006	Estabelece condições para habilitação de med vet no PNCEBT
Manual Técnico do PNCEBT	05/10/2006	Dispõe sobre os procedimentos do PNCEBT, inclusive com teorias, resumos, perguntas e respostas, ...
Instrução Normativa MAPA Nº 41	24/11/2006	Padroniza os procedimentos adotados para credenciamento de laboratórios
Instrução Normativa SDA Nº 33	24/08/2007	Estabelece condições para o uso da vacina contra brucelose RB 51
Instrução Normativa SDA/MAPA Nº 27	20/10/2010	Aprova o teste de Polarização Fluorescente - TPF para o PNCEBT
Fax Circular SDA Nº 21	12/07/2011	Procedimentos nos casos de suspeitas ou focos de brucelose, tuberculose e leucose enzoótica bovina (UA)
Orientação Técnica Nº 02	25/07/2011	Estabelece procedimentos em focos de brucelose, tuberculose leucose enzoótica bovina
Orientação Técnica Nº 01	02/08/2011	Estabelece procedimentos em casos de suspeitas ou focos de brucelose, tuberculose e leucose enzoótica bovina (UA)
Instrução de Serviço GDSA Nº 05	28/02/2012	Estabelece procedimentos sobre o cancelamento de Atestados de Vacinação contra brucelose
Instrução de Serviço SDA Nº 02	20/04/2012	Procedimentos nos casos de suspeitas ou focos de brucelose, tuberculose e leucose enzoótica bovina (UA)
Fax Circular SDA Nº 02	30/04/2012	Encaminha NI SDA nº 02/2012 (UA)
Instrução de Serviço GDSA Nº 04	01/08/2012	Estabelece e padroniza procedimentos referentes a focos ou suspeitas de brucelose, tuberculose e leucose enzoótica bovina (UA)
Fax Circular DSA/SDA Nº 11	12/04/2013	Revoga Fax Circular DSA Nº 245/2012 (UA)
SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA BRUCELOSE BOVINA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	2014	SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA BRUCELOSE BOVINA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 3 DE MARÇO DE 2017	03/03/2017	Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal - PNCEBT e a Classificação das Unidades da Federação de acordo com o grau de risco para as doenças brucelose e tuberculose.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.593 DE 17 DE ABRIL DE 2018	17/04/2018	Dispõe sobre exigências sanitárias em relação a brucelose e tuberculose em bovinos e bubalinos quando da realização de rodeio no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.



## LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

### VERSÃO 15.0

PORTARIA/IAGRO/MS Nº. 3.601 DE 25 DE JUNHO DE 2018	25/06/2018	Prorroga, em caráter excepcional, a vacinação Contra a Febre Aftosa (etapa MAIO/2018), e Vacinação Contra Brucelose na Região do Pantanal, e dá outras providências.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.617, DE 28 DE MAIO DE 2019	28/05/2019	Estabelece o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT) no Estado do Mato Grosso do Sul.

### 9. Legislações Vigentes à Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - Revendas

Identificação	Data	Ementa
Decreto Lei Nº 467	13/02/1969	Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário
Portaria SDA Nº 39	19/06/1981	Conservação dos produtos biológicos de 2° a 8°C
Portaria SDA Nº 102	11/11/1991	Delegar competência aos médicos veterinários dos Órgãos Oficiais de Defesa Sanitária Animal, nos estados de : BA. CE, GO, MT, MS...
Portaria Ministerial Nº 301	19/04/1996	Aprova normas complementares anexas, elaboradas pela SDA a serem observadas pelos estabelecimentos que fabriquem e ou comerciem produtos de uso veterinários
Instrução Normativa Nº 37	08/07/1999	Trata da produção e comércio de produtos que não precisam de Licenças junto ao MAPA
Instrução Normativa Nº 10	27/04/2001	Proíbe o uso de anabolizantes
Instrução Normativa Nº 09	27/06/2003	Proíbe o uso de princípios ativos cloranfenicol e nitrofuranos
Decreto Federal Nº 5053	22/04/2004	Aprova o Regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário nos estabelecimentos que fabriquem, comerciem, ...
Instrução Normativa Nº 15	09/05/2005	Trata da estabilidade de produtos de uso veterinário
Instrução Normativa Ministerial Nº 11	08/06/2005	Aprova o Regulamento Técnico para registro e Fiscalização de Estabelecimentos que manipulem produtos de uso veterinário
Manual de Orientação	09/06/2005	Manual de orientação ao comerciante de produtos de uso veterinário
Ofício Circular CPV nº 01/2006	01/01/2006	Período de carência nas solicitações de registro de produtos veterinários
Instrução Normativa SDA Nº 04	19/02/2008	Fiscalização, controle, comercialização, modo de utilização de produtos de uso veterinário destinados a diagnosticar doenças dos animais
Decreto Estadual Nº 13288	28/10/2011	Regulamenta a Lei Estadual nº 3823/2009 no que diz respeito ao comércio de produtos de uso veterinário

## LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

### VERSÃO 15.0

Instrução Normativa Nº 50	23/09/2013	Trata do controle de produção e comércio da vacina contra Febre Aftosa
Manual Revenda 1.0	21/08/2013	No e-Saniagro, vocês poderão controlar as movimentações de vacinas de Aftosa, Brucelose, Raiva, Encefalomielite, Influenza e Adenite. O usuário revenda terá duas abas de opções: Cadastro e Revenda.
Manual Escritório 1.0	21/08/2013	Nesta versão do e-Saniagro os usuários contarão com mais 3 módulos além da Vigilância Sanitária, o Cadastro, a Revenda e o Veterinário.
DECRETO Nº 8.448,, DE 6 DE MAIO DE 2015	06/05/2015	Altera o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, aprovado pelo Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004.
DECRETO Nº 5.053, DE 22 DE ABRIL DE 2004	22/04/2004	Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, e dá outras providências.
NANDROLONA	-	NANDROLONA- Embasamento científico para definição de um período de interdição mínimo para o caso do processo 21026.001728/2011-00
Orientação conjunta DSA / SDA, DFIP / SDA e CRC / SDA.	-	Orientação conjunta DSA / SDA, DFIP / SDA e CRC / SDA.
Instrução de Serviço / IAGRO / DDSA Nº 009 / 2016.	22/09/2016	Dispõe sobre recebimentos de produtos Biológicos de uso veterinário, nos Estabelecimentos de Distribuição e de Comércio, e dá outras providências.
Instrução Normativa Nº 35 / 2017	21/09/2017	Estabelece procedimentos para o comércio de substâncias sujeitas a controle especial.

### 10. Legislações Vigentes do Programa Nacional Sanidade dos Suínos - PNSS

Identificação	Data	Ementa
NORMA INTERNA DSA Nº 05	2009	MANUAL DE PROCEDIMENTOS SISTEMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NA ZONA LIVRE DE PESTE SUÍNA CLÁSSICA
PORTARIA Nº 190 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1978	21/12/1978	Aprova as instruções que versam sobre "Normas para a Produção, Controle e Emprego de vacina contra a Peste Suína Clássica
ATO DA SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE 13 DE SETEMBRO DE 1983	13/09/1983	Reconhecimento Oficial de área livre de Peste Suína Africana
ATO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE 5 DE DEZEMBRO DE 1.984	05/12/1984	Declara o Brasil livre da Peste Suína Africana
PORTARIA Nº 142	27/08/1998	Vacinação contra a Peste Suína Clássica

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 31 DE JULHO DE 2000	31/07/2000	REGIONALIZAÇÃO DA PESTE SUÍNA CLÁSSICA NO MERCOSUL", em conformidade com o Anexo desta Instrução
Memorando n.º 32 Ministério da Agricultura e do Abastecimento Laboratório de apoio animal – LAPA / Recife	18/05/2001	Envio de amostras para análise de P.S.C.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19	15/02/2002	Aprovar as Normas a serem cumpridas para a Certificação de Granjas de Reprodutores Suídeos
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 05	19/03/2002	Implantar o "CERTIFICADO PADRONIZADO PARA GRANJAS DE SUÍDEOS CERTIFICADAS - GRSC
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DDA Nº 12-A	22/04/2002	Implantação de Formulários nos Estados que compõem a Zona Livre de Peste Suína Clássica no Brasil
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DDA 13	26/04/2002	Ingresso na zona livre de febre aftosa com vacinação de suídeos para recria e terminação
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 54	17/09/2002	Aprovar os requisitos zoossanitários para importação de sêmen suíno
Instrução de Serviço DDA Nº 05	24/02/2003	Transito interestadual com finalidades de cria, recria e terminação
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31	20/05/2003	Aprovar o Regulamento Técnico para Produção, Controle e Emprego de Vacinas Autógenas
PORTARIA/IAGRO/MS Nº607/2003	10/09/2003	Estabelece medidas para o trânsito intraestadual de suídeos vivos no Estado de Mato Grosso do Sul
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6	09/03/2004	Aprovar as Normas para a Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC) a serem observadas em todo o Território Nacional, na forma do anexo à presente Instrução Normativa.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27	20/04/2004	Aprovar o PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA PESTE SUÍNA CLÁSSICA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 47	18/06/2004	Aprova o REGULAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE SUÍDEA - PNSS
Fax Circular CPS 121	10/09/2004	Leitura de Tuberculinização
PORTARIA Nº 320	20/12/2006	Instituir o Comitê Técnico e Científico do Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8	03/04/2007	Aprovar as Normas para o Controle e a Erradicação da Doença de Aujeszky (DA) em suídeos domésticos, a serem observadas em todo o território nacional
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22	22/05/2007	Alterar artigos da Instrução Normativa nº 08, de 3 de abril de 2007

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

PORTARIA/IAGRO/MS N.º1.309	13/08/2007	Estabelece a obrigatoriedade de declarar o estoque de suídeos quando da solicitação da emissão da Guia de Trânsito Animal – GTA para o trânsito intra e interestadual de suídeos vivos no Estado de Mato Grosso do Sul
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44	02/10/2007	Trânsito interestadual com destino a área Livre da Febre Aftosa
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6	06/03/2008	Instituir o regulamento para registro de Centro de Coleta e Processamento de Sêmen de Suíno
Fax Circular D S A Nº 59	21/08/2009	Implementar o Manual presente na Norma Interna D S A nº 05/2009
Ofício Circular D S A nº04/2010	11/01/2010	Diferença entre o número de animais existentes no veículo e o descrito na GTA
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAC/SEPROTUR/SEJUSP N.º 001/10	28/10/2010	Estabelece medidas emergenciais de controle ambiental da ocorrência de javali-europeu, “Sus scrofa” e seus híbridos, e dá outras providências
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFAZ/SEPROTUR Nº 64	11/08/2011	Subprograma de Apoio à Criação de Suínos de Qualidade e Conformidade “Leitão Vida”
Instrução de Serviço DDSA Nº 007/2012	27/09/2012	Dispõe sobre orientações a Granjas de Reprodutores de Suídeos Certificadas
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3	31/01/2013	Controle de Javalis
Memo Circular 79/2013	13/06/2013	Encaminha IN Agrodefesa nº05/2013 sobre Emissão de e-GTA no Estado de Goiás
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 2822	12/06/2013	Estabelece normas para emissão da GTA para suínos através do Sistema SANIAGRO
MERCOSUL/GMC/RES Nº 19/97	-	DISPOSIÇÕES SANITÁRIAS E CERTIFICADO ZOO-SANITÁRIO ÚNICO DE SUÍNOS
MERCOSUL/GMC/RES Nº 20/97	-	DISPOSIÇÕES SANITÁRIAS PARA A REGIONALIZAÇÃO DA PESTE PORCINA CLÁSSICA NO MERCOSUL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22	20/06/2013	Definir as normas para habilitação de médico veterinário privado para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 63	27/12/2013	Incorporar ao ordenamento jurídico nacional os "Requisitos Zoonosológicos dos Estados Partes para a Importação de Suínos para Reprodução" aprovados pela Resolução GMC -
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 10 DE JUNHO DE 2014	10/06/2014	Altera o caput do art. 1º e seu Anexo I, constante do inciso I, os caputs dos arts. 3º e 4º e os arts. 12 e 14, todos da Instrução Normativa Nº 22, de 20 de junho de 2013
NORMA INTERNA DSA Nº 003, 18/09/2014	18/09/2014	Trata da aprovação do Plano de Vigilância em Suínos Asselvajados na Zona Livre de Peste Suína Clássica do Brasil, para conhecimento, divulgação e demais providências.
ANEXO I - Notificação de Mortalidade em Granjas de Suídeos	-	ANEXO I - Notificação de Mortalidade em Granjas de Suídeos

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Instrução Normativa Nº 31, 23/09/2015	23/09/2015	Os testes de ensaio imunoenzimático - ELISA para pesquisa de anticorpos para o vírus da peste
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 19 DE JULHO DE 2016 – MAPA	19/07/2016	Ficam declarados como livres de peste suína clássica (PSC) as Unidades Federativas do Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e os Municípios de Guajará, Boca do Acre, sul do Município de Canutama e sudoeste do Município de Lábrea, pertencentes ao Estado do Amazonas.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, 22/11/2016	22/11/2016	Proibir, em todo o território nacional, a importação e a fabricação da substância
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, 04/12/2017	04/12/2017	Estabelece as normas para Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva de Suínos, quanto a exposição ao vírus da Febre Aftosa - FA e Peste Suína Clássica - PSC.
RESOLUÇÃO SEMAGRO Nº 657, 22/12/2017	22/12/2017	Estabelece os procedimentos a serem cumpridos para o transporte das carcaças de javalis abatidos , para fins de controle populacional , no Estado de Mato Grosso do Sul
MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) PARA SUÍDEOS VERSÃO 11.0	-	MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) PARA SUÍDEOS VERSÃO 11.0
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 25/03/2019	25/03/2019	Fica instituído o Sistema Integrado de Manejo de Fauna - SIMAF, como sistema eletrônico para recebimento de declarações e relatórios de manejo da espécie exótica invasora javali - Sus scrofa.
Ofício Circular Conjunto Nº01/2019/DIPOA/SDA/ DAS	28/02/2019	Orientações sobre suspeitas de doença vesicular em estabelecimentos de criação e
Ofício Circular Nº15/2019/DAS/SDA/MAPA	25/03/2019	Tipos de Quarentena para GRSC

### 11. Legislações Vigentes do Programa Nacional Sanidade Animais Aquáticos - PNSAA

Identificação	Data	Ementa
LEI Nº 11.959	29/06/2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.
Instrução Normativa MPA Nº 14	09/12/2010	Estabelece os procedimentos gerais para realização de análise de risco de Importação.
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 06,	19/05/2011	Dispõe sobre o Registro e a Licença de Aquicultor, para o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Instrução Normativa MPA Nº 03	13/04/2012	Institui a rede nacional de laboratórios do Ministério da Pesca - RENAQUA, responsável pela realização de diagnósticos e análises oficiais.
INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 7,	08/05/2012	Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB), estabelece os procedimentos para a sua execução e dá outras providências.
PORTARIA MPA Nº 204	28/12/2012	Estabelece os procedimentos para coleta de amostras para realização de análises de micro-organismos contaminantes e de toxinas em moluscos bivalves e de análises para o monitoramento de espécies de microalgas potencialmente produtoras de toxinas, bem como definir as metodologias analíticas oficiais que deverão ser adotadas pela Rede Nacional de Laboratórios do MPA - RENAQUA para estas análises.
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 10	11/07/2013	Institui a rede de colaboração em Epidemiologia veterinária do MPA-AQUAEPI, responsável pelo suporte técnico e científico, definição e políticas públicas do MPA em atividades pesqueiras.
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 16	22/10/2013	Altera o art. 13 da Instrução Normativa nº 06, de 19 de maio de 2011, que trata da manutenção do Registro de Aquicultor.
PORTARIA No- 444	30/12/2014	Estabelece o escopo e as metodologias a serem aplicadas em peixes no Programa de Monitoramento de Resistência a Antimicrobianos em Recursos Pesqueiros.
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 17	11/08/2014	Dispõe sobre a Licença de Empresa que Comercializa Organismos Aquáticos Vivos- ECOAV, no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP.
Instrução Normativa MPA Nº 21	11/09/2014	Estabelecer critérios e procedimentos para o controle do trânsito de organismos aquáticos vivos com fins de ornamentação e aquariofilia no território nacional
Instrução Normativa MPA Nº 22	11/09/2014	Institui o Plano Nacional de Certificação Sanitária de Estabelecimentos de Aquicultura Produtores de Formas Jovens de Animais Aquáticos "" Plano Forma Jovem Segura
Instrução Normativa MPA Nº 23	11/09/2014	Determinar a obrigatoriedade da Guia de Trânsito Animal (GTA) para amparar o transporte de animais aquáticos vivos e matériaprima de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aquicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção e aprova o modelo de Boletim de Produção.
Instrução Normativa MPA Nº 26	11/12/2014	Estabelece normas para habilitação de profissionais privados para a realização de coleta e remessa de amostras oficiais para laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura RENAQUA, e dá outras providências.
INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 29	22/12/2014	Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Embarcações Pesqueiras e Infraestruturas de Desembarque de Pescado Embarque Nessa



# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Instrução Normativa MPA Nº 30	30/12/2014	Institui o Programa Nacional de Monitoramento de Resistência a Antimicrobianos em Recursos Pesqueiros, e dá outras providências
PORTARIA MPA Nº 19	04/02/2015	Define, na forma do Anexo a esta Portaria, a lista de doenças de notificação obrigatória de Animais Aquáticos ao Serviço Veterinário Oficial (SVO) animais aquáticos ao Serviço Veterinário Oficial (SVO).
PORTARIA MPA Nº 20	04/02/2015	Designa laboratórios a treinar coleta e remessa
Instrução Normativa Nº 4	04/02/2015	Institui o Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo -“Aqüicultura com Sanidade”.
Instrução Normativa Interministerial Nº 4	30/05/2014	Estabelecer a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aqüicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matériaprima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção.
Manual para o preenchimento do boletim de produção	01/07/2015	Manual para o preenchimento do boletim de produção
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO IAGRO DDSA Nº 006/ 2017	21/09/2017	Dispõe sobre a elaboração do boletim de produção quando ocorrer a emissão de e-GTA de animais aquáticos para o trânsito com a finalidade de abate.
Instrução Normativa Nº 10 MPA	24/09/2015	Altera o artigo 109 da Instrução Normativa MPA nº4, de 4 de fevereiro de 2015.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.588 DE 10 DE JANEIRO DE 2018	10/01/2018	Aprova as diretrizes e padroniza os procedimentos referentes ao Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos e dá outras providências.
MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE ANIMAIS AQUÁTICOS - VERSÃO 7.0	-	MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE ANIMAIS AQUÁTICOS - VERSÃO 7.0
PORTARIA /IAGRO/MS Nº 3.622	31/05/209	Instituir a ficha de Registro Sanitário da Aqüicultura.

## 12. Legislações Vigentes do Programa Nacional de Sanidade Apícola - PNSAp

Identificação	Data	Ementa
Instrução Normativa SDA Nº 16	08/05/2008	Institui o Programa Nacional de Sanidade Apícola.
Instrução Normativa nº 18/2008	08/04/2008	Requisitos Zoossanitários para a importação de abelhas rainhas e produtos apícolas destinados aos Estados Partes - Mercosul
LEI Nº 3.631, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.	30/12/2008	Dispõe sobre a Política Estadual para o Desenvolvimento e Expansão da Apicultura e da Meliponicultura, e dá outras providências

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Instrução Normativa Nº 50, 24/09/2013	24/09/2013	Apresenta a lista de doenças da OIE de notificação obrigatória ao Serviço Veterinário Oficial do País.
MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE ABELHAS, BICHO DA-SEDA E OUTROS	-	MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE ABELHAS, BICHO DA-SEDA E OUTROS INVERTEBRADOS TERRESTRES - VERSÃO 4.0
Aethina tumida Murray (Coleoptera, Nitidulidae), o pequeno besouro das colmeias, chega ao Brasil: NOTA AO APICULTOR.	-	Aethina tumida Murray (Coleoptera, Nitidulidae), o pequeno besouro das colmeias, chega ao Brasil: NOTA AO APICULTOR.
PORTARIA IAGRO/MS/Nº 3.561 DE 28 DE SETEMBRO DE 2016	28/09/2016	Estabelece o cadastramento de produtores no Sistema Informatizado da IAGRO - E-SANIAGRO através de Inscrição Sanitária e regulamenta o trânsito de animais.
NOTA TÉCNICA/GAB/DDSA/IAGRO Nº 01/2019	24/01/2019	Ocorrência da Aethina tumida em Mato Grosso do Sul e medidas que serão adotadas
NOTA TÉCNICA	04/07/2019	Ocorrência de mais 4 (quatro) casos de Aethina tumida em Mato Grosso do Sul e medidas adotadas.
NOTA TÉCNICA Nº 003/2019	25/07/2019	Ocorrência de mais 1(um) caso de Aethina tumida em Mato Grosso do Sul e medidas adotadas
NOTA TÉCNICA Nº 004/2019		Infestação de colmeias pelo Aethina tumida
Nota Técnica nº 9/2019/DSE/CAT/CGSA/DSAIP_2/SDA/MAPA		Infestação de colmeias pelo Aethina tumida

### 13. Legislações Vigentes de Aglomerações de Animais

Identificação	Data	Ementa
Portaria Ministerial Nº 108	17/03/1993	Aprovar as Normas anexas à presente Portaria, a serem observadas em todo o Território Nacional para a realização de exposições e feiras agropecuárias, leilões de animais.
PORTARIA SDA N.º 162	18/10/1994	Aprovar as Normas complementares anexas à presente Portaria, baixadas pelo Departamento de Defesa Animal, que versam sobre a Fiscalização e o Controle Zoossanitário das Exposições,
Termo de Vistoria, em cumprimento a Portaria SDA Nº 162/1994	-	VISTORIA PRÉVIA E NECESSÁRIA DE RECINTOS COM AGLOMERAÇÕES
Instrução de Serviço DDA Nº 017	18/11/2001	Determina da adoção de medidas sanitárias em razão de ocorrência (gripe) equina.
Portaria IAGRO Nº 716	31/05/2004	Orienta o trânsito de bovinos e bubalinos no MS

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

Memorando Circular GIDSA N° 053	05/04/2006	Autoriza a movimentação de bovinos recém nascido sem vacina de febre aftosa
Instrução de Serviço IAGRO N° 005	13/12/2007	Estabelece normas e procedimentos para preenchimento de planilha de acompanhamento de equídeos em aglomerações
Inst Serviço GIDSA N° 003	30/03/2010	Estabelece procedimentos com relação às vistorias prévias e necessárias de recintos com aglomerações de animais.
PORTARIA / IAGRO / MS N° 3.211, 30/09/2014	30/09/2014	Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências
	02/10/2014	Considerando a PORTARIA/IAGRO/MS n° 3.211 de 30 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial n° 8.771 de 03/10/2014, para a realização de rodeio, clube de laço, ou outras
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO IAGRO DDSA N° 002/2015	13/03/2015	Implantação do módulo Eventos no e-SANIAGRO
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO IAGRO DDSA N° 004/2015	22/04/2015	Dispõe sobre o Cadastro dos Locais de eventos e a implantação da Carta de Viabilidade on-line para eventos com aglomerações de animais, no E-SANIAGRO e dá outras providências:
Instrução de Serviço/IAGRO/DDSA N° 002/2016.	14/03/2016	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos Escritórios Locais da IAGRO na Avaliação documental referente aos eventos com aglomerações de animais (Feiras, Remates,
Instrução de Serviço/IAGRO/DDSA N° 007 / 2015	17/11/2015	Dispõe sobre a Emissão de Guia de Trânsito Animal-e-GTA nos Escritórios Locais da IAGRO e na WEB, pelo produtor com destino à eventos com aglomerações de animais (Exposições, Feiras,
Instrução de Serviço/IAGRO/DDSA N° 008 / 2015.	17/11/2015	Dispõe sobre a Emissão de Guia de Trânsito Animal-e-GTA nos Escritórios Locais da IAGRO e na WEB, pelo produtor com destino à eventos com aglomerações de animais (Exposições, Feiras,
PORTARIA / IAGRO/ MS N° 3.524, 1º DE DEZEMBRO DE 2015.	01/12/2015	Aprova as diretrizes para credenciamento de Médico Veterinário Autônomo para atendimento a eventos pecuários com aglomerações de animais, e dá outras providências.
Instrução de Serviço/IAGRO/DDSA N° 002/2016	14/03/2016	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos Escritórios Locais da IAGRO na Avaliação documental referente aos eventos com aglomerações de animais (Feiras, Remates,
Instrução de Serviço/IAGRO/DDSA N° 003, de 08 abril de 2016.	08/04/2016	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos Escritórios Locais da IAGRO na Avaliação documental referente aos eventos com aglomerações de animais (Feiras, Remates,
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO/ IAGRO/DDSA N° 05/2016.	28/06/2016	Dispõe sobre o recebimento dos relatórios e documentos emitidos pelo médico veterinário credenciado para atendimento à eventos com aglomerações de animais, verificação e
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO/ IAGRO/DDSA N° 006/2016.	08/07/2016	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelo escritório local da IAGRO quando ocorrer emissão de e-GTA para a finalidade Leilão "beneficente" sem firma leiloeira e dá
Portaria IAGRO MS N° 3.556, de 27 /07 / 2016	27/07/ 2016	Altera os dispositivos da PORTARIA/IAGRO/MS N° 3524 de 01 de dezembro de 2015, que menciona e dá outras providências.
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO/ IAGRO/DDSA N° 007/2016	12/08/2016	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelo escritório local da IAGRO em razão do Decreto n° 14.523/2016 que trata sobre a isenção de Nota Fiscal para equinos que

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

PORTARIA / IAGRO/ MS Nº 3.621 30 DE MAIO DE 2019.	30/05/2019	Estabelece parâmetros e procedimentos de fiscalização pelo Serviço Veterinário Oficial da atuação dos Médicos Veterinários Cadastrados para atendimento a eventos agropecuários no Estado do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
PORTARIA / IAGRO/ MS Nº 3.624, DE 28 DE JUNHO DE 2019	28/06/2019	Estabelece parâmetros e procedimentos de fiscalização pelo Serviço Veterinário Oficial da atuação dos Médicos Veterinários Cadastrados para atendimento a eventos agropecuários no Estado do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

### 14. Legislações Vigentes RASTREABILIDADE

Identificação	Data	Ementa
Instrução Normativa Nº 13	02/06/2006	Concede autorização para fiscais federais agropecuários e profissionais vinculados aos órgãos executores da sanidade animal nos Estados e no DF.
Lei Nº 12.097	24/11/2009	Dispõe sobre o conceito e a aplicação da rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e búfalos.
Decreto Federal Nº 7.623	22/11/2011	Regulamenta a Lei nº 12097, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre a aplicação da rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e búfalos
Ofício Circular Nº 48/2009/CSR/DAS/MAPA	11/11/2009	Orienta como os frigoríficos devem proceder quando da detecção de animais cadastrados no SISBOV sendo encaminhados acompanhados de declaração Modelo B
Instrução de Serviço GIDSA Nº 5	29/09/2010	Padronização dos procedimentos referentes à emissão de GTA para propriedades da lista TRACES cujos proprietários não queiram que a carne obtida dos animais envolvidos seja exportada para EU.
Circular Nº 835/2009/CGPE/DIPOA	18/09/2009	Manutenção da fidedignidade dos dados lançados na BND e encaminhamento dos novos modelos de declaração do produtor. Cancela a Circular nº 111/2009/DIPOA e a nº827/2009/CGPE/DIPOA.
Instrução de Serviço IAGRO/GDSA Nº 003	04/04/2008	Emissão de declaração do produtor Modelo B, que confere algumas garantias complementares que visam a rastreabilidade da carne bovina e devem ser informadas através de declaração adicional firmadas pelos proprietários dos animais.
Circular Nº 831/2007 CGPE/DIPOA	31/10/2007	Substituição do carimbo, pela transcrição da informação no campo específico da GTA.
Instrução Normativa Nº14	14/05/2009	Altera o parágrafo 1º e 2º do art. 72, do anexo I, da IN nº 17, de 13 de julho de 2006, que passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se o paragrafo 3º.
Instrução Normativa Nº48	04/11/2009	Altera o anexo I da Instrução Normativa nº17, de 13 de julho de 2006.

## LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

### VERSÃO 15.0

Portaria Nº 1.222	27/03/2007	Dispõe sobre o cadastro de certificadoras credenciadas pelo MAPA, para o serviço de rastreabilidade da cadeia produtiva de bovinos e bubalinos (SISBOV), no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências
Instrução Normativa Nº 51	05/11/2007	Altera o art. 7º da IN 17/2006.
Instrução Normativa Nº 25	12/06/2007	Altera a IN 17/2006 de 13/07/2008
Instrução Normativa Nº 24	30/04/2008	Altera a IN nº 17 de 13/07/2008
Instrução Normativa Nº 49	31/10/2007	Estabelece os procedimentos para a declaração de uso de insumos pecuários fornecidos aos bovinos e bubalinos cadastrados, pertencentes a ERAS, que participarem de feiras exposições, leilões e outras aglomerações temporárias de animais.
Instrução Normativa Nº 30	04/07/2007	Altera os anexos I,III,X,XI,XIII,XVI,XVIII, da IN nº 17/2006.
Portaria/IAGRO/MS Nº 1604	23/09/2008	Altera dispositivo da PORTARIA/IAGRO/MS Nº1.222, DE 27 DE MARÇO DE 2007, que dispõe sobre cadastro de certificadoras credenciadas pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento-MAPA para o Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV), no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Instrução de Serviço Nº02	18/02/2008	Padronizar procedimentos e ações relativos à Declaração do Produtor, usado na exportação de carne bovina, e as garantias complementares que visam a rastreabilidade do produto.
Circular Nº471/2005/CGPE/DIPOA	28/09/2005	Somente serão aceitos para o abate com vistas à produção de carnes a serem exportadas para a União Européia, os bovinos acompanhados de GTA, contando no verso da mesma a seguinte informação “Não há registro de ingresso no estabelecimento de procedência, nos últimos 90 dias, de animais susceptíveis à febre aftosa, provenientes de área não habilitada à exportação à União Européia”. Esta declaração deve apresentar o carimbo de identificação e a assinatura do emitente.
Portaria IAGRO Nº 2.444	23/12/2011	Estabelece procedimentos operacionais relacionados a Declaração Modelo B e cancelamento da GTA e e-GTA.
Ofício Nº 4949/SEDESA/SFA/MS/2009	13/11/2009	Não necessidade do Brasão do MAPA no modelo A e B.
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO/ IAGRO/DDSA Nº004, 10 de maio de 2016.	10/05/2016	Dispõe sobre a emissão de e-GTA com a finalidade abate, para o trânsito de bovídeos oriundos de propriedades lista TRACE e dá outras providências.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 1 DE OUTUBRO DE 2018	01/10/2018	Fica instituído o Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos - SISBOV na forma desta Instrução Normativa

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

### 15. Legislações Vigentes em Postos de Fiscalização de Trânsito

Identificação	Data	Ementa
DECRETO Nº 14.200, DE 29 DE MAIO DE 2015.	29/05/2015	Institui a Guia de Trânsito Animal eletrônica, e-GTA no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
PORTARIA /IAGRO/MS Nº 3.334 / 2015	05/05/2015	Dispõe sobre as normas para controle do Mormo, com a aplicação de medidas relativas ao trânsito de equídeos no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
LEI ESTADUAL Nº 3.823 DE 21/12/208	07/07/2018	Intitui a defesa sanitária animal e dipoe sobre materias correlatas.
LEI ESTADUAL Nº 4.518 DE 07/04/2014	07/07/2018	Altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 3.823 de 21 de dezembro de 2009, que intitui a defresa sanitária aniamal e dispoe sobre matérias correlatas.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.557 DE 05 DE AGOSTO DE 2016.	07/07/2018	Dispõe sobre etapas de vacinação contra a febre aftosa do rebanho bovino e bubalino no Estado de Mato Grosso do Sul a partir de novembro de 2016, e dá outras providências.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.505 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015.	07/07/2018	Estabelece procedimentos para o trânsito de bovídeos no estado de Mato Grosso do Sul relacionados à vacinação contra febre aftosa e dá outras providências.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3.573, DE 04 DE JULHO DE 2017.	07/07/2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação do atestado de vacinação contra a Influenza Equina (gripe equina) para fins de emissão de Guia de Transito Animal (e-GTA/GTA manual) de equídeos para aglomeração com finalidade comercial e aglomeração sem finalidade comercial.
PORTARIA /IAGRO/MS Nº 3334/2015, DE 05 DE MAIO DE 2015.	07/07/2018	Dispõe sobre as normas para controle do Mormo, com a aplicação de medidas relativas ao transito de equídeos no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 2.177 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.	07/07/2018	Padroniza procedimentos quanto ao transito de equídeos na região do pantanal sul-mato-grossense, bem como desobriga o proprietário daqueles animais de apresentar Exame de Anemia Infecçiosa Equina para inserir saldo de equídeos e dá outras providências.
PORTARIA IAGRO/MS Nº 607/2003 DE 10 DE SETEMBRO DE 2003.	07/07/2018	Estabelece medidas para o trânsito intraestadual de suídeos vivos no Estado do Mato Grosso do Sul.
PORTARIA/IAGRO/MS N.º 3361 DE 25 DE MAIO DE 2015.	07/07/2018	Estabelece regras para o trânsito intraestadual e interestadual de caprinos e ovinos e dá outras providências.
PORTARIA/IAGRO/MS Nº 3588 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.	07/07/2018	Aprova as diretrizes e padroniza os procedimentos referentes ao Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquático, no estado do Mato Grosso do Sul e dá outras providências.



# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

### 16. Legislações Vigentes de Sêmen

Identificação	Data	Ementa
Roteiro para fiscalização de estabelecimentos Comerciantes de sêmen	10/04/2014	ÁREA DE PRODUTOS DE MATERIAL GENÉTICO DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL ANEXO 1 DA INSTRUÇÃO DE TRABALHO 01
Laudo de Inspeção Inicial para Estabelecimento Comercial	10/04/2014	ÁREA DE PRODUTOS DE MATERIAL GENÉTICO DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL ANEXO 1 DA INSTRUÇÃO DE TRABALHO 02
Fluxograma de trâmite de informações para emissão de Título de Registro	10/04/2014	ÁREA DE PRODUTOS DE MATERIAL GENÉTICO DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL ANEXO 2 DA INSTRUÇÃO DE TRABALHO 02
Modelo de autorização para fiscalização em residência	10/04/2014	ÁREA DE PRODUTOS DE MATERIAL GENÉTICO DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL ANEXO 3 DA INSTRUÇÃO DE TRABALHO 02
Código de Raças	-	Código de Raças
DECRETO Nº 187, DE 09/08/1991	09/08/1991	Regulamenta a Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 56	27/09/2006	Aprovar o REGULAMENTO PARA REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAL DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL NACIONAL E IMPORTADO, na forma dos Anexos à presente Instrução Normativa.
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DDSA/IAGRO – MS Nº 06 , DE 15 DE MAIO DE 2014	15/05/2014	As Unidades Veterinárias Locais – UVL que possuem comércio de sêmen em seu Município (lista anexa), devem abrir uma pasta para cada estabelecimento, onde iniciarão um arquivo de cada empresa, criando uma história sobre a mesma, portanto, deve ser arquivo permanente (não vai para arquivo morto em cada início de ano).
VISTORIA INICIAL PARA REGISTRO COMO COMERCIANTE DE SÊMEN – convênio MAPA/IAGRO	10/04/2014	ÁREA DE MATERIAL GENÉTICO DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL INSTRUÇÃO DE TRABALHO 02
LEI Nº 6.466 DE 05/10/1977	05/10/1977	Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos, e dá outras providências.
LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA LICENÇA PARA O COMÉRCIO DE SÊMEN	-	LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA LICENÇA PARA O COMÉRCIO DE SÊMEN
RELATÓRIO DE COMERCIALIZAÇÃO DE SÊMEN IMPORTADO	-	RELATÓRIO DE COMERCIALIZAÇÃO DE SÊMEN IMPORTADO ANEXO VII

# LEGISLAÇÕES VIGENTES DOS PROGRAMAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

## VERSÃO 15.0

RELATÓRIO DA PRODUÇÃO DE EMBRIÕES ANEXO V	-	RELATÓRIO DA PRODUÇÃO DE EMBRIÕES ANEXO V
REQUERIMENTO PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAL DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL NACIONAL E OU IMPORTADO	-	REQUERIMENTO PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAL DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL NACIONAL E OU IMPORTADO
REQUERIMENTO PARA CANCELAMENTO DO REGISTRO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAL DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL NACIONAL E OU IMPORTADO	-	REQUERIMENTO PARA CANCELAMENTO DO REGISTRO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAL DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL NACIONAL E OU IMPORTADO

### 17. Legislações Vigentes de Animais Silvestres

Identificação	Data	Ementa
MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL PARA ANIMAIS SILVESTRES Versão 7.0	-	MANUAL DE PREENCHIMENTO PARA EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL PARA ANIMAIS SILVESTRES Versão 7.0

### 18. Legislações Vigentes do Plano Nacional de Controles de Resíduos e Contaminantes - PNCRC

Identificação	Data	Ementa
Instrução Normativa SSA Nº142, 22/12/1999	22/12/1999	Altera o PNCRC
Portaria Nº 396, 24/11/2009	24/11/2009	Estabelece responsabilidades da SDA sobre o PNCRC
Portaria SDA Nº22, 10/04/2015.	10/04/2015	Divulga o resultado do subprograma do PNCRC
Instrução Normativa Nº 13, 20/07/2015	20/07/2015	Subprogramas de monitoração PNCRC
Portaria Nº 59, 14/07/2016	14/07/2016	Publicar o Plano de Amostragem do PNCRC
Instrução Normativa Nº 09, 08/03/2017	08/03/2017	Plano de Amostragem PNCRC

### 19. Legislações Vigentes de Cisticercose

Identificação	Data	Ementa
PORTARIA/IAGRO/ MS Nº 3.603 DE 06 JULHO DE 2018.	06/07/2018	Estabelece a Criação do Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo teníase - cisticercose e outros achados de inspeção relacionados à saúde pública no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.